

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 com
Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.
Francisco Sá - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.053	636	Fornecedores	10	1.319	1.203
Cientes a receber	6	1.632	1.720	Financiamentos	11	2.741	2.190
Impostos a recuperar		-	52	Imposto de renda e contribuição social a recolher		114	138
Adiantamento a fornecedores		6	-	Obrigações tributárias		201	210
Despesas antecipadas		570	383	Arrendamento	9	30	26
Total do ativo circulante		4.261	2.791	Ressarcimento	12	2.675	421
				Outros passivos circulantes		11	18
				Total do passivo circulante		7.091	4.206
Cauções e depósitos vinculados	7	2.724	2.462	Financiamentos	11	96.629	92.869
Contas a receber de partes relacionadas	13	354	127	Arrendamento	9	4.010	3.891
Total realizável a longo prazo		3.078	2.589	Contas a pagar de partes relacionadas	13	1.060	1.001
				Provisão para desmobilização	14	1.680	1.562
				Total do passivo não circulante		103.379	99.323
Imobilizado	8	138.058	139.561	Patrimônio líquido	15		
Intangível	8	102	132	Capital social		47.338	47.338
Direito de uso	9	3.884	3.856	Prejuízos acumulados		(8.425)	(1.938)
Total do ativo não circulante		145.122	146.138	Total do patrimônio líquido		38.913	45.400
				Total do passivo e patrimônio líquido		149.383	148.929
Total do ativo		149.383	148.929				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	16	10.926	11.532
Custos de operação	17	<u>(8.420)</u>	<u>(9.294)</u>
Lucro bruto		<u>2.506</u>	<u>2.238</u>
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(513)</u>	<u>(652)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>1.993</u>	<u>1.586</u>
Receitas financeiras	18	271	567
Despesas financeiras	18	<u>(8.342)</u>	<u>(7.999)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.071)</u>	<u>(7.432)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(6.078)</u>	<u>(5.846)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(409)</u>	<u>(759)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.487)</u>	<u>(6.605)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(6.487)</u>	<u>(6.605)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.487)</u></u>	<u><u>(6.605)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Subscrito e integralizado</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.338	320	4.347	-	52.005
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.605)	(6.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.338	320	4.347	(6.605)	45.400
Prejuízo do exercício	15	-	-	-	(6.487)	(6.487)
Compensação de prejuízo do exercício com reserva de retenção de lucros	15	-	-	(4.347)	4.347	-
Compensação de prejuízo do exercício com reserva legal	15	-	(320)	-	320	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		47.338	-	-	(8.425)	38.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(6.078)	(5.846)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	8	4.638	4.605
Juros sobre arrendamento	9	387	404
Juros de financiamentos	11	6.767	6.379
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	14	118	110
Ressarcimento	12	2.254	421
Suprimento de energia - não faturado	6	(75)	-
Provisão de fornecedores	10	490	662
Amortização do direito de uso	9	132	137
		<u>8.633</u>	<u>6.872</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Clientes a receber	6	163	(341)
Adiantamento a fornecedores		(6)	53
Impostos a recuperar		52	(41)
Despesas antecipadas		(185)	(246)
Fornecedores	10	(580)	57
Obrigações tributárias		(9)	-
Outros passivos circulantes		(7)	18
Partes relacionadas	13	(168)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>7.893</u>	<u>6.372</u>
Pagamento de juros s/ financiamentos	11	(481)	(235)
Pagamento de IR e CS	19	(433)	(621)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		<u>6.979</u>	<u>5.516</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(2.901)	(6.814)
Cauções e depósitos vinculados	7	(262)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(3.163)</u>	<u>(6.814)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	11	(1.975)	(1.390)
Pagamento de arrendamento	9	(424)	(408)
Partes relacionadas	13	-	1.276
Cauções e depósitos vinculados	7	-	237
Dividendos		-	(700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(2.399)</u>	<u>(985)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>1.417</u>	<u>(2.283)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	636	2.919
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>2.053</u>	<u>636</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>1.417</u>	<u>(2.283)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em junho de 2018, com sede em Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais. A controladora direta da Companhia é a Francisco Sá Solar Holding S.A. e a controlada final é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

A Companhia tem como principal atividade a implantação e exploração de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cuja capacidade instalada atual é de 33 MW.

O registro na ANEEL se deu por meio da portaria nº 357/2018, publicado no Diário Oficial em 22 de agosto de 2018, sendo que suas operações tiveram início em 07 de abril de 2022. O prazo de duração da autorização é de 35 anos.

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
Francisco II	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 118,35	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro

O Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrado foi efetuado por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 11 de abril de 2025.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 20, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 8 – Imobilizado e intangível: principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado

Nota explicativa 9 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

Nota explicativa 12 - Ressarcimento: principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.

Nota explicativa 14 - Provisão para desmobilização: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.830 (R\$ 1.415 negativo em 2023). A Companhia apresentou no exercício de 2024 um prejuízo no montante líquido de R\$ 6.487 (R\$ 6.605 de prejuízo líquido em 2023). Adicionalmente, se necessário, a controladora (ou controladoras) como acionista direta da Companhia, disponibilizará todos os recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Francisco Sá Solar Holding S.A., como acionista direta da Companhia e a controladora direta, Nebras do Brazil Investments 1, juntamente com as demais acionistas, disponibilizarão todos recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros a curto prazo.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição e deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao período de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 17. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 20.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

h. Reconhecimento de receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando ocorre um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

i. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de empréstimo e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros

efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2024
	Definição de estimativas contábeis	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas e bancos	2.053	636
	<u>2.053</u>	<u>636</u>

6 Clientes a receber

	2024	2023
Suprimento de energia	512	675
Suprimento de energia - não faturado (*)	1.120	1.045
	<u>1.632</u>	<u>1.720</u>

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.720 em 2023 ambiente de contratação regulada).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

7 Cauções e depósitos vinculados

	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S/A	2.724	2.462
	<u>2.724</u>	<u>2.462</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$ 2.724 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.462 em 2023) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do financiamento captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 11.

8 Imobilizado e intangível

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Composição do imobilizado e intangível

2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	5.379	-	5.379
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	6.072	(448)	5.624
Máquinas e equipamentos	5,69%	137.746	(12.013)	125.733
Desmobilização	3,24%	1.426	(104)	1.322
Total do ativo imobilizado		150.623	(12.565)	138.058
Softwares	20,00%	152	(50)	102
Total do ativo intangível		152	(50)	102
Total do ativo imobilizado e intangível		150.775	(12.615)	138.160
2023				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	2.333	-	2.333
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,36%	6.072	(274)	5.798
Máquinas e equipamentos	4,94%	137.687	(7.625)	130.062
Desmobilização	3,24%	1.426	(58)	1.368
Total do ativo imobilizado		147.518	(7.957)	139.561
Softwares	20,00%	152	(20)	132
Total do ativo intangível		152	(20)	132
Total do ativo imobilizado e intangível		147.670	(7.977)	139.693

b. Movimentação do imobilizado e intangível

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição (iii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em construção	-	2.333	3.046	-	5.379
Usinas - imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	5.622	-	(167)	5.455
Máquinas e equipamentos	5,38%	127.936	59	(4.308)	123.687
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	176	-	(7)	169
Máquinas e equipamentos	6,00%	2.126	-	(80)	2.046
Desmobilização (ii)	3,24%	1.368	-	(46)	1.322
Total do ativo imobilizado		139.561	3.105	(4.608)	138.058
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço					
Softwares	20%	132	-	(30)	102
Total do ativo intangível		132	-	(30)	102
Total do ativo imobilizado e intangível		139.693	3.105	(4.638)	138.160

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição (iii)	Transferências entre as SPEs (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em construção	-	1.231	1.102	-	-	2.333
Usinas - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	4.844	-	945	(167)	5.622
Máquinas e equipamentos	5,52%	127.638	152	4.446	(4.300)	127.936
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20%	183	-	-	(7)	176
Máquinas e equipamentos	4,36%	2.122	73	-	(69)	2.126
Desmobilização (ii)	3,24%	1.414	-	-	(46)	1.368
Total do ativo imobilizado		137.432	1.327	5.391	(4.589)	139.561
Sistema de Transmissão de Conexão - Intangível em Serviço						
Softwares	20%	28	120	-	(16)	132
Total do ativo intangível		28	120	-	(16)	132
Total do ativo imobilizado e intangível		137.460	1.447	5.391	(4.605)	139.693

(i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção entre SPEs do mesmo complexo. (nota explicativa 13).

(ii) A provisão para descomissionamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,40% e 3,24% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da Companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

(iii) O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota explicativa 21, no montante de R\$ 204 (R\$ 24 em 2023).

9 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2), sendo o principal ativo reconhecido.

Refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Veja abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.428	(544)	3.884
		4.428	(544)	3.884
Total direito de uso		4.428	(544)	3.884

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.268	(412)	3.856
		4.268	(412)	3.856
Total direito de uso		4.268	(412)	3.856

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	3.856	160	(132)	3.884
Total do ativo	3.856	160	(132)	3.884

	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	4.325	(332)	(137)	3.856
Total do ativo	4.325	(332)	(137)	3.856

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	11.840	453	(424)	-	11.869
(-) Ajuste a valor presente	(7.923)	(293)	-	387	(7.829)
Total	3.917	160	(424)	387	4.040
Circulante	26				30
Não circulante	3.891				4.010
Total	3.917				4.040

	Valor líquido em 31/12/2022	Baixa	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	13.214	(966)	(408)	-	11.840
(-) Ajuste a valor presente	(8.961)	634	-	404	(7.923)
Total	4.253	(332)	(408)	404	3.917
Circulante	26				26
Não circulante	4.227				3.891
Total	4.253				3.917

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota explicativa 3.1, a remensuração no ano de 2024 foi de 4% a.a. positivo (7% a.a. negativo em 2023).

10 Fornecedores

	2024	2023
Materiais e serviços	1.297	1.198
Mercado de curto prazo - CCEE	22	5
	1.319	1.203

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e serviços e materiais para manutenção dos parques. O principal fornecedor da Companhia refere-se a Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas (R\$ 533). A provisão de materiais e serviços relacionada ao ano de 2024 foi no montante de R\$ 490.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias no montante de R\$ 416, que serão liquidados conforme termos contratuais.

11 Financiamentos

a. Composição dos financiamentos:

	31/12/2024					31/12/2023				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	270	22.295	2.471	74.334	99.370	215	16.064	1.975	76.805	95.059
Total de dívidas	270	22.295	2.471	74.334	99.370	215	16.064	1.975	76.805	95.059

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de junho de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos financiamentos:

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante					
Financiamentos					
Principal	1.975	(1.975)	-	2.471	2.471
Juros	215	(481)	6.767	(6.231)	270
	2.190	(2.456)	6.767	(3.760)	2.741
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	76.805	-	-	(2.471)	74.334
Juros	16.064	-	-	6.231	22.295
	92.869	-	-	3.760	96.629

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante					
Financiamentos					
Principal	1.390	(1.390)	-	1.975	1.975
Juros	5.302	(235)	-	(4.852)	215
	<u>6.692</u>	<u>(1.625)</u>	<u>-</u>	<u>(2.877)</u>	<u>2.190</u>
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	78.780	-	-	(1.975)	76.805
Juros	4.833	-	6.379	4.852	16.064
	<u>83.613</u>	<u>-</u>	<u>6.379</u>	<u>2.877</u>	<u>92.869</u>

O montante de R\$ 6.767 de juros provisionados foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2026	2.692
2027	2.897
2028	3.102
2029	3.312
2030 a 2042	<u>84.626</u>
Total	<u><u>96.629</u></u>

Obrigações Contratuais - Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

Fianças bancárias;

Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;

Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa 9);

Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;

Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de financiamentos não possui cláusulas restritivas (“*covenants*”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

12 Ressarcimento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ressarcimento	<u>2.675</u>	<u>421</u>
Total	<u><u>2.675</u></u>	<u><u>421</u></u>

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 16 e reconhecimento de receita.

13 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	2024	2023
Francisco Sá 1 Energias Renováveis (a)	354	127
Total	354	127

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia e que são repassadas por rateio as demais. São gastos de construção do parque solar, contabilizados inicialmente em imobilizado em andamento, sem efeito no resultado. Adicionalmente não existem outras transações de partes relacionadas com efeito no resultado.

(ii) Contas a pagar de partes relacionadas

	2024	2023
Francisco Sá 3 Energias Renováveis (b)	1.055	1.000
Outros	5	1
Total	1.060	1.001

- (b) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia e que são repassados pela credora. São gastos de construção do parque solar, contabilizados inicialmente em imobilizado em andamento, sem efeito no resultado. Adicionalmente não existem outras transações de partes relacionadas com efeito no resultado.

(iii) Remuneração da Administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil Investments 1 Ltda. é paga pela Nebras Power Latin America Ltda. e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2022, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 12.140, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,40% reconheceram o valor presente de R\$ 1.426 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaicos.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.452
Ajuste a valor presente	110
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.562

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.562
Ajuste a valor presente	118
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.680

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 47.338 (R\$ 47.338 em 31 de dezembro de 2023), representado por 47.338.089 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações. No exercício de 2024, não houve aumento de capital (R\$ 0 em 2023).

16 Receitas operacionais

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	12.908	12.349
Ressarcimento - suprimento de energia elétrica	(2.259)	(460)
Energia de curto prazo	691	80
Receita operacional bruta	11.340	11.969
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(414)	(437)
Total de deduções da receita operacional	(414)	(524)
Receita operacional líquida	10.926	11.532

17 Custos e despesa por natureza

	2024			2023		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(571)	-	(571)	(74)	-	(74)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.123)	-	(2.123)	(2.787)	-	(2.787)
Materiais	(66)	-	(66)	(7)	-	(7)
Serviços de terceiros	(511)	(375)	(886)	(1.263)	(536)	(1.799)
Depreciação	(4.608)	-	(4.608)	(4.597)	-	(4.597)
Amortização	(162)	-	(162)	(154)	-	(154)
Seguros	(379)	-	(379)	(412)	-	(412)
Outras	-	(138)	-	-	(116)	(116)
Total	(8.420)	(513)	(8.933)	(9.294)	(652)	(9.946)

18 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	271	567
Receitas financeiras total	271	567
Despesas financeiras		
Financiamentos	(6.767)	(6.379)
Ajuste a valor presente (arrendamento)	(387)	(404)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	(118)	(110)
Comissão e fiança bancária	(1.067)	(1.100)
Outras despesas financeiras	(3)	(6)
Despesas financeiras total	(8.342)	(7.999)
Total resultado financeiro	(8.071)	(7.432)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 409 (R\$ 759 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	11.340	11.340
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	907	1.361
Demais receitas	271	271
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	265	144
Alíquota efetiva	4,03%	1,24%
	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	11.969	11.969
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	958	1.436
Demais receitas	567	567
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	357	180
Alíquota efetiva	4,03%	2,03%

Durante o exercício de 2024 foi pago R\$ 433 (R\$ 621 em 2023).

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024				31/12/2023			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Cauções e depósitos vinculados	7	-	2.724	Nível 2	-	2.462	Nível 2	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e bancos	5	2.053	-		636	-		
Contas a receber de partes relacionadas	13	354	-		127	-		
Clientes a receber	6	1.632	-		1.720	-		

	31/12/2024		31/12/2023	
	Nota	Outros passivos financeiros	Nota	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Fornecedores	10	1.319	10	1.203
Financiamentos (a)	11	99.370	11	95.059
Arrendamento	9	4.040	9	3.917
Contas a pagar com partes relacionadas	13	1.060	13	1.001
Outros passivos circulantes		11		18

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Cauções e depósitos vinculados	7	2.724	2.724	2.462	2.462
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	2.053	2.053	636	636
Contas a receber de partes relacionadas	13	354	354	127	127
Clientes a receber	6	1.632	1.632	1.720	1.720
	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	10	1.319	1.319	1.203	1.203
Financiamentos (a)	11	99.370	99.370	95.059	95.059
Arrendamento	9	4.040	4.040	3.917	3.917
Contas a pagar com partes relacionadas	13	1.060	1.060	1.001	1.001
Outros passivos circulantes		11	11	18	18

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas as aplicações financeiras classificadas em Cauções e depósitos vinculados enquadradas no Nível 2, em que o valor contábil equivale ao seu valor justo. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que todos esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da Companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,83%	5,08%	6,35%	7,62%
CDI	10,88%	15,00%	18,75%	22,50%

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	99.370	5.048	6.310	7.572
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	2.724	409	511	613

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Relatório Boletim Focus

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2023	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.203	1.203	1.203	-	-	-
Arrendamento	3.917	11.839	408	408	1.224	9.799
Financiamentos	95.059	113.878	4.028	9.365	15.570	84.924
Contas a pagar de partes relacionadas	1.001	1.001	1.001	-	-	-
Outros passivos circulantes	18	18	18	-	-	-

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2024	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.319	1.319	1.319	-	-	-
Arrendamento	4.040	11.870	424	424	1.272	9.750
Financiamentos	99.370	111.715	4.656	9.970	16.460	80.629
Contas a pagar de partes relacionadas	1.060	1.060	1.060	-	-	-
Outros passivos circulantes	11	11	11	-	-	-

21 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (notas explicativas 8 e 10)	204	24
Despesas antecipadas (a)	2	-
	<u>206</u>	<u>24</u>

- (a) Pagamentos da apólice de seguro previstos para ocorrerem a partir do exercício de 2025, portanto não houve efeito caixa e a contrapartida foi realizada como provisão no passivo circulante.

22 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2024, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Risco possível

Processo ICMS sobre TUSD

Ação judicial para evitar a cobrança de ICMS sobre TUSD e a restituição de impostos pagos indevidamente, no montante de (R\$ 55).